

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017  
16 DE FEVEREIRO DE 2017, PORTO ALEGRE/RS

Aos 16 de fevereiro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quarenta minutos, no Auditório do SEST SENAT, localizado na Avenida José Aloísio Filho, nº 695 – B, Humaitá, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública nº 001/2017, conforme a convocação realizada por meio do Aviso de Audiência Pública nº 001/2017, publicado no Diário Oficial da União nº 22, de 31 de janeiro de 2017, seção 3, página 97 e nos jornais de grande circulação nacional e local, no dia 01 de fevereiro de 2017: Correio Braziliense, o Estado de São Paulo e o jornal Zero Hora de Porto Alegre. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da BR- 101/290/386/448/SC/RS, no trecho da BR-101/SC, do km 455,9 até a divisa SC/RS; da BR- 101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101 (A) (Osório) até o km 98; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377 (B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-448; e da BR-448, no entroncamento com a BR-386 até o entroncamento com a BR-116/290. Na sequência, foi formada a mesa da Audiência Pública composta pelo senhor Leonardo Mesquita Cavalcanti, Presidente Substituto da audiência e Ouvidor da ANTT; o senhor Vinicius Magnus Antonius Torquato de Araujo Lima, responsável pelos trabalhos da secretaria; o senhor Stéphane Quebaud, representante da Diretoria Geral da ANTT, o senhor Luiz Fernando Castilho, Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária e apresentador da proposta, o senhor Alexandre Trarbach, representante da Procuradoria Federal junto à ANTT e ainda, o senhor Fábio Freitas, representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o senhor Diógenes Alvarez, gerente de estruturação de negócios da Empresa de Planejamento e Logística – EPL. Inicialmente, o Presidente da Audiência registrou a presença de autoridades, como a presença dos diretores da ANTT, o senhor Mário Rodrigues e o senhor Sérgio Lobo, além da presença do Diretor Presidente da EPL, senhor José Carlos Medaglia. Em seguida, fez a leitura dos procedimentos conforme a Resolução ANTT nº 3.705/2011 e a Deliberação ANTT nº 25, de 30 de janeiro de 2017 e passou a palavra ao senhor Luiz Fernando Castilho, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Os valores de tarifa e a quantidade de praças de pedágio também foram expostas aos presentes. Após a apresentação e de acordo com os procedimentos estabelecidos, foi realizado um intervalo de quinze minutos para o recebimento das contribuições por escrito e inscrições para as manifestações orais. Após o intervalo, o Presidente da Audiência Pública chamou o senhor Vinicius, Secretário da Audiência Pública, para informar acerca das contribuições escritas que foram recebidas até o momento, o qual informou ter sido recebidas quatro contribuições por formulário eletrônico que tratavam sobre o Fator D, sobre a inserção de controles de velocidades e sobre a retirada do segmento final do trecho atualmente concedido à CONCEPA. O senhor Fabio de Freitas esclareceu que o trecho estudado inicialmente chegou a ser maior, contudo tal trecho elevaria o CAPEX e o OPEX, assim se tornaria uma concessão de vinte bilhões de reais, que teria dificuldades para financiamento. Assim, iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral, chamando o representante da Superintendência do Rio Grande do Sul da Polícia Rodoviária Federal, o inspetor João Francisco Oliveira, que tratou da questão da segurança viária e da necessidade do envolvimento da Polícia Rodoviária Federal no processo de concessão do trecho. Em seguida, foi chamado o senhor Pedro Westphalen, Secretário de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, que se dirigiu ao púlpito manifestando apoio ao projeto de concessão proposto e sugeriu que o governo buscasse alternativas para o atendimento às demandas dos usuários. O senhor Presidente chamou, em continuidade aos inscritos para manifestação, o senhor Marco Aurélio Wermman, vereador de Estrela, que relatou a questão da duplicação do trecho entre os municípios de Estrela e Iraí, os quais não constam do atual plano de concessão e que são importantes para a região do Vale do Taquari. A seguir a palavra foi concedida ao senhor Nalvian

Gomes Ferraz, empresário da Piritu Transportes de Resíduos, que relatou a situação do município de Passo de Torres e a localização da praça de pedágio próxima a esse município, o que vai afetar os munícipes. Logo depois, foi chamado o senhor David Ermenegildo Vicenza, da ASSURCOM - Associação de Usuários de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul, que destacou a CPI dos Pedágios do Rio Grande do Sul e a necessidade de fiscalização pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e PCR. Em resposta, o senhor Fábio Freitas destacou o trabalho da comissão de servidores de carreira do estado no presente projeto e que o estudo entregue difere, e muito, do estudo apresentado pela empresa responsável e que não há um conluio da iniciativa privada com o Poder Público nesse certame. Ao término da manifestação, o senhor Presidente chamou o senhor Fernando Santana de Moraes, vice-presidente da Câmara de Carazinho, que informou que Carazinho era totalmente favorável à duplicação e ao pedagiamento, mas seriam necessários investimentos imediatos no trecho próximo ao município e não somente em doze anos, além da necessidade de incluir o Trevo da Bandeira e ao trevo de acesso a Carazinho, além disso, destacou que não seria necessário incluir ambulâncias no PER, uma vez que os municípios já têm o SAMU. O próximo a se manifestar foi o senhor Wilson Pedro de Andrade, Secretário de Obras do município de Terra de Areia, que afirmou que o projeto foi muito mal executado e solicitou que fossem feitas vistorias técnicas na região, destacou também problemas com aquaplanagem, canalização de esgotos, passagens em desnível para pedestres, solicitando a construção de marginais e acessos. O senhor Stéphane Quebaud, em resposta, informou que todas as concessionárias têm que atender parâmetros de desempenho estipulados no PER. Em ato contínuo, a palavra foi concedida ao senhor Manoel Hassen de Jesus, Prefeito de Taquari, que destacou preocupações em relação ao projeto, a exemplo da falta de diálogo com a comunidade na elaboração do projeto e da possibilidade de participação de empresas estrangeiras no certame, requisitando também ampliação do prazo de contribuição e a realização de novas sessões presenciais em outras cidades do trecho. O senhor Presidente esclareceu que esse projeto está em estudo há dois anos pelo Governo Federal, envolvendo vários órgãos e que o projeto não está fechado e que a audiência pública é o momento para ouvir a população. Em complemento, o senhor Stéphane destacou que cem por cento do trecho estará monitorado permanentemente. O senhor Fábio Freitas enfatizou que quando o projeto foi iniciado havia uma diretriz de política pública de se fazer todos os investimentos em cinco anos, o que gerava uma tarifa muito elevada, além de gerar uma ineficiência no próprio gasto que acabaria saindo de financiamentos do BNDES e que esse projeto foi discutido amplamente com a bancada do Estado, discutido com o Governo do Estado e foi discutido com as mesoregiões do estado, aquelas que tinham mais aptidão para avançar, ou seja, ser o braço piloto do processo. Na sequência, o próximo a ser chamado foi o senhor José Luiz Cenci, Prefeito de Fazenda Vila Nova, que mencionou reunião com diversas entidades para discutir a BR-386 e solicitou que fosse feito mais debate sobre a questão e a realização de uma sessão presencial em Lajeado, destacou ainda que a região é favorável ao pedágio, pois o Estado não tem capacidade de realizar os investimentos necessários na região, por fim questionou como seria a transição do final do contrato de concessão atual. Em resposta, o senhor Fábio Freitas informou que deverá ser realizada a prorrogação do prazo da concessão existente, para que o serviço público continue sendo prestado em alto nível. O próximo a ser chamado pelo senhor Presidente foi a Deputada Estadual, senhora Ane Ortiz, que frisou que é favorável ao pedágio na região, mas que é necessário um preço justo, questionando ainda quais serão as contrapartidas às grandes obras na concessão, uma vez que já há obras realizadas na região, por fim indagou sobre a questão do encerramento do contrato de concessão atual e sua prorrogação. Em resposta, o senhor Luiz Fernando Castilho informou que a possibilidade de prorrogação do contrato de concessão está em estudo, assim como a implantação do acesso em Cachoeirinha nos primeiros dois anos da nova concessão e por fim destacou que as contrapartidas às obras foram mostradas durante a apresentação. Em complemento, o senhor Stéphane Quebaud relatou que a questão de uma cobrança já no início da concessão no caso da CONCEPA, já tem um trecho concedido que tem que atender ao PER e as praças já estão situadas na concessão, então seria natural que haja cobrança no início. O senhor Fábio Freitas, também em complementação, informou que foi mostrado na apresentação a mudança de localização da praça de Gravataí, que será realizada após dois anos da assinatura do próximo contrato de concessão. O senhor Paulo Silveira, vereador de Gravataí, chamado na sequência, relatou que a transferência da praça de pedágio de Gravataí é prejudicial tanto aos municípios de Gravataí quanto de Cachoeirinha, sendo necessária a extinção dessa praça de pedágio. Em seguida foi chamado o senhor Sergio Luis Kniphoff, vereador de Lajeado, que destacou o significado da palavra 'audiência' e criticou a forma como a presente audiência pública estava sendo conduzida, sem o devido respeito àqueles que se manifestavam. Em seguida, solicitou

que fosse feita uma sessão presencial na região do Vale do Taquari e contrapôs a afirmação do Prefeito Cenci de que a região é favorável ao pedágio. O Presidente da Audiência Pública, em resposta, destacou que a mesa tem buscado responder aos questionamentos dos participantes da sessão presencial, sem cercear o direito de ninguém. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor Leandro da Rosa, vereador da cidade de Taquari, que reforçou que a região do Vale do Taquari não quer pedágio, pois a região já conta com rodovia duplicada e isso irá diminuir a competitividade das empresas da região. O senhor Presidente procedeu com a continuidade das manifestações, chamando o senhor Christian Sangalo, agente operacional do Movimento Contra Pedágios – BR-386, que se posicionou contra o pedágio no Alto da Serra do Botucaraí, pois se trata da região mais pobre do estado do Rio Grande do Sul e criticou a possibilidade de diminuição da tarifa no Leilão, conforme mostrado na apresentação realizada por Luiz Fernando. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que é a tarifa quilométrica que vai diminuir, ou seja, todas as tarifas das praças que foram apresentadas vão diminuir proporcionalmente. O próximo a ser chamado foi o senhor Bombeiro Batista, vereador de Gravataí, que iniciou sua fala com a sugestão de que as sessões presenciais da Audiência Pública fossem realizadas fora do horário comercial e em outras cidades e criticou a falta de diálogo com as partes envolvidas na elaboração do presente projeto. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Gilmar Sossella, deputado estadual, que iniciou sua fala com o relato de que foi presidente da CPI dos pedágios na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e que o Estado tem um histórico contra pedágios em razão da modelagem utilizada à época, destacando que não é o momento ideal para lançar um novo edital de concessão na região, além de mencionar que os prazos para o início das obras de duplicação não são adequados, bem como a tarifa-teto está muito elevada. Foi chamado em seguida o senhor José Stédile, deputado federal, que criticou a maneira como a audiência pública estava sendo gerida e que deveria haver mais sessões presenciais em outros municípios, bem como destacou que os pedágios não podem ser caros e trancar o progresso na região e finalizou com o posicionamento contrário à prorrogação do contrato de concessão atual. Em sequência, o senhor Thiago Simon, deputado estadual, iniciou sua fala com o relato de que foi constituída uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa, lembrando que durante quinze anos foi feito um modelo de pedagiamento por polos no Estado e que se tornou o pedágio mais caro do país, finalizando sua fala com a afirmação de que a região não quer o pedágio. A seguir, foi chamado o senhor Sander Faria Zeferini, da comunidade de Belvedere, km 04, que relatou que a comunidade de Belvedere está a seis quilômetros de uma praça de pedágio, relatou ainda que Torres é a cidade mais relevante da região e não foi planejada e não se pode isolar as comunidades com a localização das praças de pedágio. Na sequência, o senhor Sérgio Ramos, vereador do Município de Lajeado, que criticou a forma como são contrapostas as falas das pessoas que se manifestam, além de criticar a forma como a sessão presencial foi organizada, de convidar as pessoas e em seguida dizer que elas estão erradas. Relatou ainda que a Polícia Federal e outras entidades envolvidas não foram envolvidas. Em resposta, o Presidente da Audiência Pública informou que a sessão presencial se iniciou com um atraso de dez minutos em razão do grande número de pessoas presentes. Dirigiu-se ao púlpito o senhor Marcon, deputado federal, informando que o objetivo da Audiência Pública é ouvir a população e destacou que participou da CPI dos Pedágios e que tomou conhecimento de várias irregularidades dos contratos dos polos e também da CONCEPA, finalizando sua fala com seu posicionamento contrário ao pedágio. O senhor Presidente chamou em seguida o senhor Valberto Arns, secretário parlamentar, solicitando que seja realizada uma sessão presencial em Santa Catarina, em São Joao do Sul ou em Passos de Torres. Foi chamado o senhor Werner Aldair Miller, superintendente técnico, que trouxe o pedido para que sejam ouvidos os prefeitos, vice-prefeitos e as lideranças dos municípios envolvidos no projeto e solicitou que fossem realizadas novas sessões presenciais em outros municípios do Vale do Taquari e da Serra do Botucaraí. Sugeriu ainda que polo de pedágio do km 226 tem que mudar para o km 249, ou se for mantido no km 226, que seja incluída a BR-153 na duplicação que liga a Passo Fundo. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Jones Martinez, deputado federal, que ressaltou a necessidade de se encontrar um meio termo que contemple as posições técnicas e os posicionamentos da população e para isso seria necessário que se realizem novas sessões presenciais. Ressaltou ainda a demora para a eliminação da praça de pedágio de Gravataí e solicitou construção de vias alternativas, para que os Municípios da região metropolitana tenham uma alternativa que não seja o pedágio. O senhor Eder Ciceri, vice-Prefeito de Bom Retiro do Sul, destacou que o Vale do Taquari quer melhorias e que a ANTT não mencionou que no município de Bom Retiro do Sul há necessidade de se instalar um trevo e um acesso na região e que o foco da audiência não é falar em segurança viária, mas sim em arrecadação. O senhor Presidente destacou

que na lista de inscritos deu prioridade a algumas autoridades, pois são representantes da comunidade e em seguida chamou a senhora Mariela Portz, vereadora de Lajeado, que enfatizou que não admite que o governo se exclua das suas responsabilidades com as cidades do Vale do Taquari e as cidades de todo estado, além disso informou que se o contrato de concessão não mudar e se o Governo não tiver nenhuma contrapartida, a região é contra o pedágio. Foi chamado o senhor Idionei Oliveira Vieira, presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí - CONDASB, que relatou que o conselho atende dezesseis municípios da região e solicitou o aumento do dialogo nesse processo com a região do Alto da Serra do Botucaraí, pois dois pedágios serão postos naquela região. O senhor Presidente procedeu com a continuidade das manifestações, chamando o senhor Ildo Paulo Salve, vereador de Lajeado, que questionou se as sessões presenciais de Porto Alegre e a de Brasília têm caráter deliberativo, questionando ainda se o local da sessão presencial de Brasília será maior que o de Porto Alegre. Em seguida questionou a porcentagem do pedágio que se refere a SAMU e a Ponte do Guaíba, além do trecho de Santa Catarina. Por fim, solicitou mais sessões presenciais para discutir mais o assunto. Em resposta, o senhor Presidente da Audiência Pública esclareceu que todas as contribuições serão analisadas. Foi chamado o senhor Paulo Renato Menzel, presidente da Câmara Brasileira de Interlogística, que informou que a concessão ora proposta é de fundamental importância para o Estado do Rio Grande do Sul e que o Estado paga o custo de não ter logística e se colocou à disposição para contribuir com dados econômicos do estado, ressaltando que o modelo atual não é ideal, mas que não se pode retirar a BR-386 do lote de concessão, pois é a rodovia da produção. Em seguida foi chamado o senhor Carlos Alberto Jaques, vereador de Torres, que, por não estar presente, foi chamado o senhor Carlos Eduardo Hanzi, vereador de Lajeado, que reiterou que as comunidades não foram ouvidas quando da elaboração do projeto nem a Polícia Rodoviária Federal e que a localização das praças de pedágios não é adequada. Foi chamado o senhor Waldir Blau, vereador de Lajeado, que destacou que estão presentes treze vereadores de Lajeado na sessão presencial, pois o pedágio tem um alto impacto para a região e que irá também uma comitiva para Brasília. Destacou que é necessário fazer uma sessão presencial em Lajeado e que o modelo do jeito que está não pode ser aceito, pois a tarifa está muito elevada. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Marco Antonio Cardoso Barbosa, de Cachoeirinha, relatou que foi recebido em Brasília por Luiz Fernando Castilho, assim como o Diretor Jorge Bastos, e que foi informado que não haveria condição de discutir nada sobre os acessos e sobre a transferência do pedágio, pois haveria aumento de pedágio somente em 2017. E informou ainda que não é possível ter uma concessão com vinte anos, onde se esperou aos “quarenta e cinco do segundo tempo” para jogar um pacote. Relatou ainda que o governo Temer criou o termo “re-licitação” e que o filho do senhor Eliseu Padilha é o advogado da CONCEPA. Foi chamado o senhor Moacir Francisco Teixeira, Prefeito de São João do Sul, que informou que seu município vai participar com apenas dois quilômetros de estrada pedagiada e destacou que a comunidade precisa ser ouvida e que é necessária uma sessão presencial em Santa Catarina, pois há comunidades como a da Barrinha, que é próxima à localização prevista da praça de pedágio, e que vão ficar isoladas da sede município de São João do Sul. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Ari Rabaioli, presidente da FRETRANSESC, que expressou sua dúvida em relação ao trecho da praça de pedágio de Paulo Lopes até o km 55, isto é, são duzentos quilômetros que ficariam fora da concessão. Além disso, questionou ainda a falta de pontos de apoio para descanso dos motoristas. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que o trecho destacado se refere ao trecho final do projeto até ao trecho da Autopista Litoral Sul, objeto de outro estudo. Em relação ao segundo ponto, o senhor Stéphane relatou que a ANTT, o Ministério dos Transportes e a EPL estão preocupados com essa questão de pontos de parada, tanto que no PER é cobrado da concessionária a apresentação de estudos para implantação de pontos de parada no prazo de seis meses. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Riberto Lima, presidente da SETRANS, que por não estar presente, foi chamada a senhora Cintia Agostini, presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAST, que destacou que dos 468 km a serem concedidos, 260km estão na BR-386 e que o Vale do Taquari é composto por trinta e seis municípios e já possui três praças de pedágio estadual: Encantado, Cruzeiro do Sul e Boa Vista. Ela ressaltou ainda a necessidade de sessões presenciais em outras regiões e um tempo maior para debate. Em sequência, o senhor Ito José Lanius, presidente da CTC de Taquari, que ressaltou a necessidade de mais sessões presenciais em outras cidades e sugeriu que se utilizasse parte do valor da CIDE para diminuir o valor da tarifa de pedágio, pois o cenário econômico atual não é favorável. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Ivandro Carlos Rosa, diretor e engenheiro civil do Vale do Taquari, que destacou a necessidade de se analisar o impacto econômico da concessão e

questionou a utilização de VDMA de 2015 quando é possível utilizar dados mais recentes, além disso os dados utilizados nos estudos são diferentes dos dados obtidos por entidades do Vale do Taquari. Em resposta, o senhor Fábio Freitas destacou que se formos atualizar o VDMA, possivelmente, ele estaria um pouco abaixo dos dados de 2015, uma vez que a atividade econômica tem caído. Em seguida foi chamado o senhor Marcelo Caumo, Prefeito de Lajeado, que informou que desde o primeiro momento foi mantido contato com o Governo para entender qual a política para concessões e para investimentos na região e que após a publicação do edital a informação fornecida era de que o Vale do Taquari, por ter um grande fluxo de veículos e por ser um dos pontos mais perigosos da BR-386, teria seus investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão. Ressaltou ainda a necessidade de se discutir a proposta de prorrogação da CONCEPA. Foi chamado o senhor Sidney Ecker, vice-presidente do CODEVAST, que ressaltou que a região do Vale do Taquari é uma região de pequenos produtores e toda essa produção tem que sair da região e acaba vindo para Porto Alegre e com a implementação do pedágio vai diminuir a competitividade. Ressaltou ainda a necessidade de uma sessão presencial no Vale do Taquari. Em seguida foi chamado o senhor Darcy Luiz Zottis Filho, diretor da FEDERASUL, que informou que o pedágio de Gravataí, particularmente, onde ele está atualmente acaba travando o desenvolvimento de quatro Municípios da região metropolitana: Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão e a posição da região é a de não aceitar a prorrogação do contrato da CONCEPA, devendo-se passar o trecho para o DNIT até se esclarecerem todos os problemas. Informou ainda que em reunião com Luiz Fernando Castilho este esclareceu que a decisão da mudança da praça de pedágio de Gravataí é uma mudança política. Por fim, sugere que o pedagiamento seja feito por quilometragem rodada e relata que nunca houve discussão do projeto com as comunidades envolvidas. Em resposta, o senhor Luiz Fernando Castilho informou que sobre a cobrança proporcional a modelagem já contempla isso, tanto que as praças têm diferentes valores e tarifas, devido ao trecho que elas contemplam na rodovia. E complementou que sobre a real cobrança por quilometro percorrido, a tecnologia existe para isso, mas legalmente não há respaldo para poder tornar isso obrigatório. O senhor Fábio Freitas complementou para informar que a OAB Nacional questionou a implementação de cobrança automática em razão de privacidade, além de existir muitos veículos na informalidade. Em seguida foi chamado o senhor Roberto Pacheco Volker, diretor da ONG Amigos do Delta do Jacuí, que por estar ausente, foi chamado o senhor Sandro Weber, presidente do legislativo da Câmara de Dom Pedro de Alcântara, que relatou que por falta de área de passeio, duas pessoas morreram na rua lateral, além da ausência de redutores de velocidade e iluminação, bem como outros problemas. Ressaltou a necessidade de se realizarem mais sessões presenciais para ouvir a população, solicitou ações para beneficiar os municípios de Dom Pedro, Morrinhos, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e a Estrada dos Cunhas, no Município de Torres, e solicitou também a diminuição do prazo de concessão e a implementação de uma auditoria independente. Em resposta, o senhor Stéphane Quebaud informou que quanto mais curto o prazo de concessão haverá menos tempo para amortizar o investimento e a tarifa seria mais cara e ressaltou que boa parte dos investimentos apresentados e do valor da tarifa diz respeito à fase de manutenção, de recuperação do trecho existente. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor André Campos Souza, presidente da Associação Comercial de Cachoeirinha, que destacou que a necessidade de mudança da praça de pedágio e o acesso à Cachoeirinha e que após quatro horas de audiência pública ainda havia uma proposta indecente para a concessão e que não viu os técnicos da ANTT anotando as colocações das pessoas que se manifestaram. Em resposta, o senhor Presidente da Audiência Pública esclareceu que a audiência estava sendo gravada e que o secretário da audiência pegará a gravação para fazer a degravação e o registro de todas as contribuições vai constar no relatório dessa audiência, que estará disponível no site da ANTT. Ressaltou ainda que as decisões referentes a essa proposta de contrato não são exclusivamente da ANTT, mas sim de políticas públicas. Em seguida foi chamado o senhor Cleber Rodrigues Soares, presidente do Conservatório Social de Cachoeirinha, que destacou algumas pendências como a mudança da praça de pedágio, a alça de acesso de Cachoeirinha, além de falhas no Edital, a exemplo do aumento de capital e ressaltou que na audiência de Gravataí o Diretor Geral da ANTT estava presente e na audiência de hoje ele não está e que o senhor Luiz Fernando Castilho estaria rindo de algumas contribuições. Por fim, destacou que há um observatório que irá acompanhar essa licitação. Em resposta, o senhor Luiz Fernando Castilho informou que o que aconteceu em Gravataí, não foi uma Audiência Pública, pois existiam oficialmente programadas apenas duas audiências públicas: a de Porto Alegre e, dia 23/02, em Brasília. Em complemento, o senhor Luiz Fernando Castilho pediu desculpas ao senhor Cleber e a todos os presentes se passou a impressão de que estaria sorrindo e informou que sempre recebeu a todos da maneira mais respeitosa possível. Em

seguida foi chamado o senhor Sérgio Gonçalves Neto, vice-presidente da FETRANSUL, que protestou pela demora na condução da audiência pública e por não haver ordem com os inscritos. Destacou ainda a questão da mudança da praça de pedágio de Gravataí e informou que após análise dos estudos e documentos encontrou sérios problemas que poderão advir dessa licitação pelo fato de tratarem o projeto apenas como uma concessão, sendo necessário dividir em duas concessões para evitar problemas futuros. Destacou ainda que a retirada do trecho da ponte do Guaíba, sentido Eldorado do Sul, não lhe pareceu salutar. Em complemento, informou que a não inclusão do trecho da BR-386, da BR-448, até a BR-116, em Canoas, também não deveriam ficar fora do projeto, haja vista que se trata de um trecho pequeno, que ensejará futuramente aditivos e, ninguém vai se ocupar daquele pedágio. Informou também que a vinculação de aportes de capital ao deságio, que aparece no projeto, pareceu-lhe uma inibição à capacidade de participantes. Outra questão que lhe chamou atenção foi a eleição de uma câmara arbitral para solução de litígios contratuais durante a concessão. Além disso, o calendário de duplicação e também o aumento de faixa lhe pareceu muito fora de padrão e fora da necessidade que o projeto de concessão visa. Informou ainda que no caso da BR-386, depois de Lajeado, iniciarão as obras depois de onze anos de concessão, que considera um absurdo, pois se trata de uma necessidade imediata. Por fim, enfatizou que as responsabilidades atribuídas ao poder concedentes são muito pesadas e em caso de descumprimento haverá sérios prejuízos aos usuários, pois impactarão em reajuste de tarifas ou em prejuízos, pela não execução de obras previstas inicialmente. Em seguida, o Presidente chamou o senhor Leonardo Schreiner, vice-presidente da FECOMERCIO, que decidiu não se manifestar, sendo chamado o senhor Ciro Calovi Filho, agrônomo da ABIN Cachoeirinha, e informou que não admite a prorrogação do contrato da CONCEPA, tendo em vista que Cachoeirinha não tem acesso ao litoral direto e a transferência de pedágio em dois anos é completamente inócua. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Ronei Vicente Junior, diretor da União das Associações de Bairros de Guaíba, que expressou sua preocupação com o término do contrato da CONCEPA e o problema do pedágio de Eldorado, que resulta na morte de pessoas na estrada de Conde. Concluiu que não será aceita a prorrogação do contrato de concessão da CONCEPA e expressou sua indignação com os deputados que foram chamados primeiramente, na frente dos demais inscritos. Em resposta, o senhor Fábio Freitas esclareceu que a previsão é que se tenha um contrato assinado em novembro e a prorrogação se daria nesse período apenas de junho, julho a novembro, para manutenção do trecho e dos serviços e reiterou que é preciso fazer um projeto bom para todo mundo. Foi chamado o senhor Thiago de Souza Barbosa, da Associação dos Moradores de Cachoeirinha, que destacou a necessidade da transferência do pedágio que atualmente se encontra em Gravataí e reiterou sua posição contrária à prorrogação do contrato atual. Em resposta, o senhor Luiz Fernando Castilho informou que a possível prorrogação desse contrato por mais dois anos ainda está em discussão com fulcro na MP 752/2016. Em sequência, o senhor Cloroaldino Severo, consultor independente, destacou que há um contrato altamente rigoroso, que o governo não tem estrutura para cumprir e que vai alimentar sucessivamente o que a CONCEPA fez com aditivos para elevar tarifas. Relata ainda que este projeto, com as duas rotas, que são completamente distintas – a BR-290, somada com a BR-101 – é uma via de integração nacional e continental, as suas origens e destinos são completamente diversas da BR-386, que é uma via de integração local, do Estado com seu Porto. Concluiu sua fala com sua posição contrária à prorrogação do contratual atual. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Miki Breier, Prefeito de Cachoeirinha, que sugeriu que se tiver nova concessão de trinta anos, que já se comecem as novas audiências públicas, duas por ano, umas sessenta, até daqui há trinta anos, e complementou ainda que o Estado brasileiro está falido e não dá conta de fazer o que deve fazer, nem nas áreas fundamentais: saúde, educação, segurança, assistência social. Concluiu que não há outro modelo para obras em rodovias que não seja o de pedagiamento, mas é preciso que se chegue a preços módicos para não impactar no desenvolvimento local e regional, mas que está preocupado com a presença de duas praças de pedágio na região do Vale do Taquari. Sugeriu ainda que se aproveite a praça de pedágio existente em Santo Antonio. Foi chamado o senhor Jonas Calvi, presidente da CORREP, por não estar presente, foi chamado o senhor Pedro Lopes, presidente da Associação Brasileira de Transporte e Logística e Transporte de Carga - ARTC, que iniciou sua fala reiterando que os políticos que estão presente na audiência pública devem ouvir a sociedade ficando mais tempo no plenário, relatou ainda que as PPPs estão em discussão no Ministério do Planejamento. Abordou também a questão dos pontos de parada e que já há um projeto para o trecho sul da BR-101/SC e disse ser favorável à concessão, uma vez que o DNIT não tem dinheiro para novas obras. Reforçou a necessidade de se implementar a cobrança por quilômetro rodado. Em seguida foi chamado o senhor Eder Eduardo Ciceri, vice-Prefeito de

Bom Retiro do Sul, que por não estar presente foi chamado o senhor Cristiano Bratz, vereador de Monte Negro, que disse estar cansado após cinco horas de sessão e que a Câmara de Vereadores protocolou uma contribuição escrita e solicita que seja realizada uma sessão presencial em Montenegro. Em seguida foram chamados os senhores Miguel Crizel, vereador de Guaíba, e Flávio Balpi Lipe, Prefeito de Três Cachoeiras, mas por estarem ausentes, foi chamado o senhor Leo Mota, vereador de Fazenda Vila Nova, que relatou que participou de uma audiência em Brasília para tratar da concessão da BR-386 e reiterou que é necessário ter isenção para os moradores de Fazenda Vila Nova e transferência do local da praça para Paverama, pois está prevista uma praça de pedágio que dividirá o município de Fazenda Vila Nova. Ainda em continuidade às manifestações orais foi chamado o senhor Alan Vieira, vereador de Gravataí, que solicitou que fosse confirmada a mudança de local da praça de pedágio de Gravataí e solicitou também isenção das placas de Gravataí, da futura construção das vias laterais, que é muito importante para a mobilidade urbana via Cachoeirinha – Gravataí. Em resposta, o senhor Fábio Freitas esclareceu que está prevista a mudança da praça de Gravataí e que deve ocorrer, no máximo, em dois anos, a partir da nova concessão, e foi discutido também o acesso à Cachoeirinha. Em seguida foi chamado os senhores Nario Roberto Mariante, gerente de investimentos da Planer, e Hugo Floriberto, do Sindicato da PRF, que por estarem ausentes, foi chamado o senhor Valter Robalo, secretário de obras da Prefeitura de Monte Negro, que solicitou a realização de novas audiências públicas e reiterou que é favorável ao pedágio, mas são necessários alguns pedidos como mais segurança para a região e geração de empregos com o comprometimento do uso de mão de obra local. Em seguida foram chamados os senhores Marco Alba, Prefeito de Gravataí, e Antonio Ricardo Foner de Souza, consultor, que por estarem ausentes foi chamado o senhor Erico Cunha, da Associação Industrial e Comercial de Serviços de Guaíba, e do Sindilojas, que ressaltou que a concessão tem o lado bom e o ruim, mas que ele não se posiciona nem favoravelmente e nem contrário ao pedágio. Ressaltou que a prorrogação do contrato de concessão atual vai ocasionar problemas tendo em vista a comoção das pessoas da localidade de Gravataí. Ressaltou que não é necessário fazer uma audiência pública em Brasília. E relatou que é preciso usar toda a tecnologia disponível para evitar a evasão de pedágio. E concluiu sua fala com críticas à organização do evento com a demora para a liberação da entrada, da dificuldade de conseguir prioridade em razão de ser terceira idade e do barulho na área externa. Em seguida foi chamado o senhor Ferolineo José Tedesco, secretário de planejamento de Santo Antonio, mas por estar ausente foi chamado o senhor Carlos Eduardo Lopes da Silva, secretário de desenvolvimento econômico da Prefeitura de Passo Fundo, que solicitou uma audiência pública na região da Serra do Alto do Botucaraí e de que o edital seja prorrogado. O Presidente da Audiência Pública esclareceu que início passou alguns deputados estaduais e federais na frente na lista de inscrição, mas quando os presentes reclamaram, ele começou a fazer por ordem de inscrição, sem nenhuma exceção. Em seguida chamou o senhor Gustavo Baldisserra, vereador de Soledade, que iniciou sua fala sobre Soledade e a necessidade de instalação de lombadas eletrônicas, em especial no trecho crítico dos kms 245 a 247 e que se trata de um período muito extenso para o início das obras nesse segmento. Solicita ainda a construção das pistas laterais e iluminação daquele trecho, além da de isenção das placas do Município de Soledade. Em seguida foram chamados os senhores Carlos Tedesco, primeiro secretário da Associação Comercial de Califórnia, Guaíba, e senhor Paulo Roberto Oliveira Fernandes, presidente do Fórum dos Corredores, de Palmeiras das Missões, que por estarem ausentes foi chamado o senhor Marcelo Piloto, presidente da Concremonte, que solicitou atenção às alças da FreeWay, que está colocada como rodovia zero, mas é necessário que haja rodovias paralelas à FreeWay. O senhor Presidente procedeu com a continuidade das manifestações, chamando o senhor Antonio Carlos Galante, jornalista de Eldorado do Sul, que relatou que o povo não quer um modelo imposto de cima para baixo e reiterou a necessidade de fiscalização nos trechos em especial no trecho da ponte móvel até Eldorado do Sul. Sugeriu que nas cancelas tivesse um marcador de quantos automóveis passavam e informou que não há repasse da CONCEPA para a PRF. Relatou ainda que quando o Governo Federal levantou a construção da nova ponte, misteriosamente, começaram as interrupções do vão móvel e que técnicos da Inglaterra atestaram que não havia nenhum problema com o vão móvel e que a Polícia Rodoviária abandonou o antigo posto do ICM, depois do vão móvel. Relatou ainda que não havia iluminação da ponte móvel do trecho de Guaíba, mas que em dezembro apareceu uma iluminação de mercúrio paga pela Prefeitura de Porto Alegre. Relatou também que teve uma época que um funcionário da ANTT foi chefe de operações da CONCEPA. Em seguida foram chamados os senhores Altair Cantini, presidente da SINV Viamão, Gilson Nunes, Miguel, vereador de Guaíba, Antonio Ricardo, Prefeito de Torres, Robson Bozzi Brem, Prefeito de Três Forquilhas, Sergio Weber, presidente da Câmara dos vereadores, de Dom Pedro de Alcântara,

mas estavam ausentes. Por fim, ao término do pronunciamento dos inscritos, o senhor Presidente questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação. Por não haver mais nenhuma manifestação, o Senhor Presidente agradeceu ao SEST e ao SENAT pela cessão do espaço sem custo e informou que a Ata do evento realizado e o Relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no endereço eletrônico da ANTT, [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br), Audiência Pública nº 001/2017. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 16 de fevereiro de 2017.

**Leonardo Mesquita Cavalcant**  
Presidente Substituto

**Vinicius Magnus A. T. de A. Lima**  
Secretário